

Brasil, na época.<sup>84</sup> A produção cafeeira aproveitava a estrutura que a decadência mineradora deixara disponível e ociosa, atrofiada numa agricultura de subsistência que não tinha perspectiva, nos quadros do tempo.<sup>85</sup>

No fim da primeira metade do século XIX, por outro lado, dois acontecimentos anunciaram mudanças significativas, no Brasil: findara o prazo de vigência dos acordos firmados com a Inglaterra, permitindo ao Governo procurar na tributação alfandegária recursos que antes lhe eram proibidos; firmara o Governo, paralelamente, com a lei de supressão da entrada de escravos africanos, posição nova diante do problema, depois das tergiversações prolongadas, e a extinção do tráfico negreiro deixara em disponibilidade recursos vultosos, que buscariam aplicação em outras áreas, particularmente na lavoura nova, de exportação. Tais recursos influíram também em outro aspecto do desenvolvimento cafeeiro, que era novo, entre nós: a comercialização do produto pertencia aos nacionais. O comércio exterior anuncia reversão importante: no decênio de 1850-59, o balanço apresenta *déficit* de 12 mil contos de réis; mas já no decênio de 1860-69, aparece o saldo de 15 mil contos; serão 35 mil, no decênio de 1870-79; 30 mil, no decênio de 1880-89; para atingir 70 mil, no último decênio do século. A receita orçamentária, que partira dos 4 mil contos, em 1823, permanece inferior a 20 mil, até 1843; em 1867, atinge 71 mil contos; ultrapassa os 100 mil contos, a partir de 1871; os 200 mil, a partir de 1891; os 300 mil, a partir de 1895. E, mais importante do que isso: a expansão cafeeira e as condições novas que ela proporciona, vão afetar profundamente o regime de trabalho. Ao cafezal das senzalas

<sup>84</sup> "Nas condições que vigoravam, no Brasil, na fase da autonomia, a expansão das exportações só poderia fundamentar-se numa atividade agrícola. Impulsionar a indústria teria sido impossível. Não havia aqui o mínimo de condições para isso: nem mesmo a existência do mercado interno. Muito ao contrário, a capacidade aquisitiva, nele, estava atravessando um prolongado e grave período de declínio: fora, realmente, reduzida à metade. Mas, por outro lado, a criação ou o desenvolvimento de uma atividade agrícola visando a exportação dependia da disponibilidade de terras. Isso excluía, desde logo, as zonas já utilizadas para esse fim, em que a apropriação se expandira no espaço e se concentrara socialmente e para cujo aumento de produção não existiam as condições mínimas, particularmente a colocação no mercado externo". (Nélson Werneck Sodré: *Formação Histórica do Brasil*, 7ª edição, São Paulo, 1971, p. 198).

<sup>85</sup> "Desde que o fator básico, no caso, era a terra, e havia disponibilidade de terra; desde que havia condições para atender as fracas exigências monetárias — restava o problema da mão-de-obra para que se completasse o quadro em que a expansão agrícola em zona nova e com gênero novo se tornaria viável. Ora, um dos aspectos mais claros da fase em que se processa a independência é justamente a abundante disponibilidade de escravos. (...) Assim, as solicitações da lavoura cafeeira são prontamente atendidas pela escravidão que o declínio da mineração deixara disponível e que se estagnara nas lavouras de subsistência que sucederam às minas, no altiplano. Organizada sobre a velha base do trabalho escravo, a lavoura do café reduzia ainda mais os seus custos monetários, muito menores, evidentemente, do que os da lavoura açucareira, e nem só por isso". (Nélson Werneck Sodré: *op. cit.*, p. 200).